



36385618



08018.053098/2026-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes

ATA DE REUNIÃO

CGETP/DEMIG/SENAJUS

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 2 de julho de 2026

Local: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Palácio da Justiça, Sala Modular 2, Brasília - DF

Horário: 10h às 16h

Participantes: Lista de Presença (SEI nº 36245811);

Pauta da reunião:

- Abertura Institucional;
- Panorama geral da implementação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Apresentação do Grupo de Trabalho 1 - Proteção e Assistência Emergencial às Vítimas de Tráfico de Pessoas;
- Apresentação do Grupo de Trabalho 2 - Revisão da Legislação;
- Apresentação do Grupo de Trabalho 3 - Protocolo sobre Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual.
- Informes gerais dos membros e convidados
- Encaminhamentos finais.

ABERTURA INSTITUCIONAL

A 17ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap) foi aberta pela Presidente do colegiado, a Secretária Nacional de Justiça, Sra. Maria Rosa Guimarães Loula, que saudou todos os membros e convidados presentes. Em sua fala inicial, destacou a satisfação de presidir, pela primeira vez, a reunião do Comitê e ressaltou que a complexidade do tráfico de pessoas, fenômeno que se transforma continuamente e exige respostas coordenadas e qualificadas do Estado. Nesse sentido, destacou o papel do

CONATRAP como espaço privilegiado de coordenação, diálogo e construção conjunta de soluções voltadas à prevenção do tráfico de pessoas, à proteção das vítimas e ao fortalecimento da responsabilização dos autores.

Na sequência, assinalou que a reunião marcava uma nova etapa de acompanhamento da implementação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com foco na identificação dos avanços alcançados, das entregas produzidas, das boas práticas e dos desafios ainda persistentes. Registrou, ainda, que o encontro contemplaria a apresentação dos avanços dos Grupos de Trabalho instituídos pelo Comitê, voltados à proteção e assistência às vítimas, à revisão da legislação e à elaboração de instrumento nacional sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Por fim, destacou o significado especial da reunião, realizada às vésperas do Seminário Nacional em comemoração aos dez anos da Lei nº 13.344/2016, e reafirmou o compromisso da Secretaria Nacional de Justiça com o fortalecimento da agenda, a ampliação da coordenação federativa e a promoção do diálogo permanente entre as instituições representadas no CONATRAP.

SESSÃO 1 - INFORMES E PANORAMA GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO IV PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

A Secretária-Executiva do CONATRAP e Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, Sra. Marina Bernardes de Almeida, deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu a presença das instituições, ressaltando a importância do encontro presencial e do esforço coletivo dos membros e parceiros do Comitê. Destacou que a reunião teria como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no âmbito do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, assim como coletar contribuições, percepções e subsídios para o processo de monitoramento. Assinalou, ainda, que o CONATRAP, em sua atual composição, possui papel central no monitoramento da implementação do Plano, que reúne mais de cem atividades a serem executadas ao longo de quatro anos.

A Coordenadora-Geral destacou que o IV Plano está organizado em eixos estratégicos, ações prioritárias e atividades, e que o seu acompanhamento vem sendo realizado de forma contínua, com apoio de ferramentas destinadas à sistematização das entregas, evidências e informações produzidas pelas instituições parceiras. Nesse contexto, destacou o papel do Painel de Monitoramento, disponível no portal da Coordenação-Geral, ferramenta interativa que permite visualizar o estágio de execução do Plano, os avanços alcançados e os eixos que demandam maior atenção. Informou, ainda, que a apresentação reuniria os principais avanços ocorridos nos últimos meses, de modo a subsidiar a atualização do ciclo de monitoramento e contextualizar a apresentação dos Grupos de Trabalho instituídos pelo colegiado, seus achados preliminares, entregas e perspectivas para o segundo semestre.

Na sequência, foram apresentados os avanços referentes a algumas atividades do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme detalhado a seguir.

No Eixo 1 — Estruturação da Política Pública, foram destacados avanços relacionados ao fortalecimento institucional da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A Coordenadora-Geral informou que, no âmbito da ação voltada à potencialização da atuação dos órgãos de enfrentamento ao tráfico de pessoas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, foi elaborado diagnóstico sobre as lacunas e necessidades das redes de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHMs). O diagnóstico foi construído a partir das contribuições dos coordenadores da Rede, que indicaram desafios, pontos de melhoria e necessidades relacionadas ao funcionamento dessas estruturas.

Foi ressaltado que esse processo deverá subsidiar a reformulação da portaria que estabelece as diretrizes de funcionamento da Rede de NETPs e PAAHMs com o objetivo de organizar de forma mais clara suas atribuições e atualizar o normativo à luz dos instrumentos atualmente utilizados no âmbito da política, como o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP) e o Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras de Tráfico Internacional de Pessoas (POP/TIP). Ainda no âmbito do Eixo 1, foi mencionado que o esforço de atualização normativa também se desdobra no trabalho de revisão do arcabouço legal de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conduzido com a contribuição dos Grupos de Trabalho instituídos pelo CONATRAP. Nesse ponto, destacou-se que as discussões em curso têm buscado identificar lacunas, desafios e possibilidades de aperfeiçoamento normativo, de modo a subsidiar propostas voltadas ao fortalecimento da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No Eixo 2 — Coordenação e Parcerias, foram apresentados os avanços no aprimoramento da produção, consolidação e disponibilização de dados sobre tráfico de pessoas, bem como no fortalecimento da cooperação institucional e internacional. A Coordenadora-Geral informou que, no âmbito das ações voltadas à qualificação da coleta de dados em âmbito nacional, foram lançados o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, com dados referentes a 2025, e o Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas. Ressaltou-se que uma das principais atualizações do Painel consistiu na incorporação dos dados da Rede de NETPs e PAAHMs, medida que busca facilitar tanto o acesso, quanto a visualização e manuseio desses dados. A Coordenadora-Geral destacou, ainda, a intenção de manter a publicação periódica dos relatórios nacionais, considerando a natureza dinâmica do tráfico de pessoas e suas constantes transformações.

Ainda no campo da gestão de dados, foi reforçado o papel do Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP) como instrumento estratégico para a consolidação das informações produzidas pela Rede e para o aprimoramento dos registros sobre tráfico de pessoas, especialmente a partir da ampliação de seu uso e do desenvolvimento de novas funcionalidades. Em seguida, a consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Sra. Natália Maciel, e a servidora da CGETP, Sra. Gabriella Cruz, apresentaram breve histórico da implementação do SISETP, suas formas de utilização, os relatórios gerados pelo sistema, as atualizações mais recentes e os esclarecimentos às dúvidas apresentadas pelos membros do colegiado.

No âmbito da cooperação internacional, a Coordenadora-Geral apresentou os acordos bilaterais firmados nos últimos anos. Informou que, entre 2024 e 2026, foram assinados seis instrumentos de cooperação, envolvendo Bolívia, Colômbia, França, Reino Unido, Mercosul e, o mais recente, com o Suriname. Destacou que o acordo com o Suriname possui relevância estratégica para a pauta, em razão da localização do país na fronteira norte do Brasil e de sua inserção em contextos relacionados ao garimpo ilegal e à exploração sexual. Ressaltou, por fim, que esses instrumentos beneficiam não apenas o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Relações Exteriores, mas funcionam como plataforma para fomentar diferentes formas de cooperação entre instituições estratégicas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluindo órgãos de segurança pública, organismos internacionais e demais atores envolvidos na prevenção, identificação, repressão e proteção às vítimas.

No Eixo 3 — Prevenção, foram destacados os avanços relacionados às campanhas de divulgação, à produção de materiais informativos e ao fomento a iniciativas de ensino, pesquisa, extensão, sensibilização e mobilização social. A Coordenadora-Geral apresentou as chamadas públicas realizadas em 2025 e 2026, voltadas ao desenvolvimento de projetos por Instituições Federais de Ensino, em aderência às ações prioritárias do eixo.

Em relação à chamada pública de 2025, informou-se que foram formalizadas quatro parcerias com Institutos e Universidades Federais, entre eles o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Universidade de Brasília (UnB). Na oportunidade, o representante do IFSC, Sr. André Dala Possa, apresentou o projeto “Likes que engajam, laços que protegem”, primeira proposta selecionada na chamada, desenvolvido no âmbito do Laboratório de Cidadania Digital do IFSC e voltado à prevenção ao tráfico de crianças e adolescentes a partir da promoção de direitos humanos e cidadania digital.

Foi destacado que o projeto parte da compreensão de que as vivências online podem ampliar situações de risco e vulnerabilidade para crianças e adolescentes, inclusive em contextos relacionados ao tráfico de pessoas e a outras formas de violência e exploração. A metodologia apresentada envolve a atuação em parceria com escolas, centros de educação infantil, redes de educação básica e equipamentos da rede de proteção, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão. Segundo informado, o trabalho combina oficinas presenciais, formação de professores e agentes da rede, produção de materiais educativos, livros infantis, videocasts, webinários e recursos digitais, buscando adaptar a linguagem e os formatos de aprendizagem aos diferentes públicos atendidos. Também foram apresentados o desenvolvimento de uma plataforma digital, voltada ao acesso por dispositivos móveis, e a produção de conteúdos formativos de curta duração, acompanhados de atividades práticas e intervenções locais. O representante ressaltou que o projeto tem buscado aproximar escolas, famílias, educadores e agentes de governança, com o objetivo de fortalecer a prevenção, ampliar a percepção sobre riscos associados ao ambiente digital e qualificar a atuação da rede na proteção de crianças e adolescentes.

Após a apresentação, a Sra. Graziella, representante da ASBRAD, destacou a convergência do projeto apresentado com a campanha desenvolvida pela organização, que há seis anos atua na mobilização nacional para o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Informou que, na edição atual, a campanha teria como tema o

aliciamento online de adolescentes, em diálogo com os debates sobre o ambiente digital e com a agenda do ECA Digital, e que seu lançamento oficial ocorreria no Seminário Nacional previsto para o dia seguinte. A representante ressaltou o alinhamento entre as iniciativas e a importância da atuação conjunta entre as instituições na prevenção ao tráfico de pessoas.

Quanto à chamada pública de 2026, informou-se que o processo havia sido recentemente finalizado e teve como objetivo formar banco de projetos voltados ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, com foco na exploração sexual. Destacou-se que a iniciativa busca captar propostas de prevenção, sensibilização, produção de conhecimento e desenvolvimento de metodologias aplicadas à política pública, de modo a ampliar as possibilidades de cooperação com Instituições Federais de Ensino no âmbito da implementação do IV Plano.

Ainda no âmbito do eixo 3, foram apresentadas campanhas e materiais informativos produzidos e distribuídos à Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com vistas à ampliação da divulgação do tema junto ao público em geral e a grupos em situação de vulnerabilidade. Entre os materiais mencionados, destacou-se a cartilha do Projeto Fair Play, voltada à prevenção e à identificação de situações de tráfico de pessoas no contexto do esporte, que seria lançada no Seminário do dia seguinte.

Por fim, no Eixo 4, destacou-se a segunda edição do Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras de Tráfico Internacional de Pessoas (POP/TIP), atualizada recentemente (março/2026) e acompanhada de ferramentas complementares destinadas a apoiar a atuação dos profissionais envolvidos na identificação, no atendimento e no encaminhamento de possíveis vítimas.

Antes do início da apresentação dos Grupos de Trabalho, representantes das instituições presentes realizaram breves informes relacionados às ações em curso no âmbito da implementação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com destaque para iniciativas de mobilização, articulação institucional, fortalecimento da Rede e divulgação da pauta.

Na oportunidade, a representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Sra. Edvania Freitas de Lima, apresentou as ações desenvolvidas pela pasta no âmbito do IV Plano, com foco no fortalecimento da prevenção, da identificação, do atendimento e da proteção social às vítimas de tráfico de pessoas no Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Destacou o trabalho de articulação interfederativa e intersetorial voltado à ampliação da capacidade de resposta da rede socioassistencial, inclusive por meio do compartilhamento dos fluxos nacionais já pactuados. A representante também mencionou a retomada do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a CGETP, que prevê ações estratégicas para fortalecer a atuação do SUAS na pauta, incluindo capacitações, produção de materiais técnicos, qualificação dos registros e sistematização das informações sobre os atendimentos realizados. Informou, ainda, o processo de atualização do Prontuário SUAS, utilizado pelas equipes socioassistenciais para registro dos casos, e ressaltou a importância de avançar em possibilidades de interoperabilidade entre sistemas, de modo a fortalecer a integração das informações produzidas nos territórios. Dando continuidade, apresentou a atualização do Boletim SUAS, voltado à construção de panorama sobre os atendimentos realizados pelos CREAS municipais e regionais a pessoas vítimas de tráfico, com o objetivo de mapear a atuação nos territórios e qualificar o monitoramento dessas ações.

Também se manifestou a Sra. Aymee Guimarães, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Acre (NETP/AC), que apresentou avanços na estruturação da política estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao trabalho escravo e ao contrabando de migrantes. Destacou a parceria estratégica com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a partir da qual vêm sendo elaborados produtos voltados ao fortalecimento da política no estado, incluindo diagnóstico territorial sobre o fenômeno e fluxo estadual de atendimento a vítimas. O diagnóstico foi construído com base em entrevistas com atores da rede e em formulário encaminhado aos municípios, contemplando instituições do Sistema de Justiça, segurança pública, assistência social e demais órgãos envolvidos. A partir desse levantamento, foi elaborada versão preliminar do fluxo estadual, posteriormente submetida à revisão de instituições parceiras e debatida em oficina com representantes da rede.

A representante ressaltou que o fluxo foi construído a partir da realidade territorial do Acre e de uma perspectiva intersetorial, considerando áreas como assistência social, trabalho e renda, educação, saúde, segurança pública e sistema de justiça. Entre os achados preliminares do diagnóstico, mencionou desafios relacionados à identificação de casos, à invisibilidade do crime, à fronteira aberta, à distância geográfica, ao acesso a comunidades rurais e ribeirinhas, à alta rotatividade de profissionais, ao déficit de infraestrutura de acolhimento e à necessidade de capacitação periódica da rede.

Informou, ainda, que, no âmbito da parceria com a OIM, está prevista a elaboração de dois instrumentos de planejamento estadual: o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Escravo. Em articulação com as ações previstas no IV Plano Nacional, destacou também o fortalecimento das atividades de capacitação no estado, com a realização de formações voltadas a agentes públicos e instituições estratégicas. Entre as ações mencionadas, citou capacitação realizada com o reforço de efetivo da Polícia Rodoviária Federal antes de sua distribuição aos municípios, formação promovida em parceria com o Tribunal de Justiça e a Escola do Poder Judiciário, com participação de representantes de diversas varas, e atividades realizadas na região do Alto Juruá, em Cruzeiro do Sul. Segundo informado, essa região demanda atenção ampliada diante de indícios de atuação de organizações criminosas em áreas de garimpo ilegal e de fronteira, o que reforça a importância da capacitação contínua dos agentes da rede.

SESSÃO 2 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO 1

Dando continuidade à pauta, a Defensora Pública da União, Sra. Ana Cláudia Tirelli, apresentou uma síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho 1, voltado à proteção e à assistência emergencial às vítimas de tráfico de pessoas. A apresentação partiu do diagnóstico de que, atualmente, em âmbito federal, não existe um sistema amplo e integrado capaz de assegurar assistência multidisciplinar, material e financeira às vítimas imediatamente após sua saída do contexto de exploração, especialmente diante das diferentes finalidades do tráfico de pessoas e das limitações dos instrumentos hoje existentes.

Foi relatado que o primeiro movimento do GT consistiu na escuta dos seus integrantes, por meio de questionário destinado a mapear percepções institucionais, experiências em curso e desafios enfrentados na assistência às vítimas. A partir desse levantamento, identificou-se a existência de respostas fragmentadas e desiguais no território nacional, de forma que, em alguns contextos, há portas de entrada e redes de apoio mais estruturadas, com participação relevante da sociedade civil, em outros, a ausência de comitês, núcleos ou organizações parceiras dificulta a garantia de atendimento adequado.

Entre os principais desafios apontados, destacaram-se a persistência da vulnerabilidade após o término da exploração, a ausência de respostas imediatas que favoreçam a proteção e a reintegração das vítimas, a baixa articulação entre os mecanismos de assistência existentes e a necessidade de parâmetros nacionais para orientar a proteção e a assistência emergencial.

A apresentação também abordou o mapeamento de iniciativas voltadas ao apoio às vítimas, incluindo o Escuta SUSP, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em articulação com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo oferecer o serviço de apoio psicológico on-line a agentes do sistema de segurança pública; o Projeto Ação Integrada, desenvolvido no Rio de Janeiro pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com a Cáritas, voltado à reintegração social e econômica de pessoas resgatadas de situações de exploração, por meio de acompanhamento, apoio psicossocial e articulação com oportunidades de inclusão social; e as iniciativas Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração e o Fundo de Assistência Emergencial às Vítimas, desenvolvidas no âmbito da Organização Internacional para as Migrações.

Foi informado que o GT dará continuidade à escuta de experiências selecionadas, como o Projeto Resgate, o PROVITA e iniciativas relacionadas a benefícios eventuais, com o objetivo de compreender diferentes modelos de atuação e avaliar suas possibilidades de adaptação e contribuição para a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. No âmbito das iniciativas analisadas, destacou-se que as respostas não se restringem ao auxílio financeiro, abrangendo outras frentes relevantes, como atendimento individualizado, articulação interinstitucional e acompanhamento da vítima ao longo do processo de reintegração.

Foram indicadas, ainda, questões que permanecem em aberto para o Grupo, especialmente quanto à suficiência das políticas públicas já existentes, à eventual necessidade de criação de instrumentos específicos para vítimas de tráfico de pessoas, às fontes de financiamento da assistência emergencial e ao papel da União, dos estados, dos municípios e da sociedade civil na sustentabilidade dessas respostas. Como próximos passos, o GT deverá concluir a escuta das experiências identificadas, consolidar e comparar os dados levantados e elaborar recomendações que sejam tecnicamente consistentes e viáveis de implementação, contribuindo para o fortalecimento da política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

SESSÃO 3 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO 2

Na sequência, o Sr. Pedro Henrique Oliveira Kenne da Silva, representante do Ministério Público Federal (MPF), apresentou uma síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho 2, voltado à revisão da legislação sobre tráfico de pessoas. Informou que o GT possui composição interinstitucional e vem realizando reuniões mensais, com o objetivo de consolidar propostas de aprimoramento legislativo a serem submetidas ao CONATRAP ao final dos trabalhos.

O representante apresentou os principais marcos do cronograma do GT. O primeiro deles consistiu na entrega do relatório parcial, voltado ao levantamento de informações e à definição dos eixos prioritários de análise. Como etapas seguintes, indicou a elaboração do segundo relatório parcial, com foco no debate sobre propostas legislativas, e a apresentação do relatório final ao plenário do CONATRAP.

Na apresentação, foram indicados três eixos principais de trabalho: ajustes na definição do crime de tráfico de pessoas; assistência e proteção às vítimas; e organização, recolhimento e integração de dados. No primeiro eixo, foram mencionadas possibilidades de aprimoramento da legislação brasileira, especialmente em relação ao rol de finalidades do crime de tráfico de pessoas, à eventual inclusão do tráfico para fins de cometimento de crimes, à relevância do consentimento quando presentes os meios previstos em lei, ao tratamento jurídico do tráfico de crianças e adolescentes e à análise de meios de execução previstos no Protocolo de Palermo que não constam expressamente na legislação nacional. No eixo relativo à assistência e proteção às vítimas, foram discutidas lacunas ainda existentes na garantia de atendimento e apoio às pessoas traficadas. Entre os pontos destacados, mencionou-se o fato de a assistência ainda ocupar posição secundária em relação às dimensões da prevenção e da repressão, bem como a escassez de propostas voltadas à assistência financeira emergencial, à proteção social continuada, à reconstrução da autonomia econômica e à reparação integral. Também foram apontados como temas relevantes a proteção de dados, a adoção de atendimento informado pelo trauma e a necessidade de fluxos permanentes de acolhimento e acompanhamento das vítimas. No eixo referente aos dados, foram mencionadas a dispersão das informações, as dificuldades de cruzamento de bases de dados e a possibilidade de aprimoramento normativo para favorecer a alimentação adequada dos sistemas pelas instituições responsáveis.

Foi informado, ainda, que o GT realizou mapeamento de projetos de lei em tramitação relacionados ao tema. Nesse ponto, o representante destacou que muitas proposições existentes concentram-se na tentativa de tornar o tráfico de pessoas crime hediondo, embora o Grupo tenha identificado outros aspectos penais que podem demandar análise prioritária. Como próximos passos, foi indicada a necessidade de aprofundar os eixos já definidos em propostas concretas, com a elaboração de textos normativos e respectivas justificativas técnicas a serem posteriormente submetidas ao colegiado.

Após a apresentação, representantes do colegiado reforçaram a importância do acompanhamento permanente das proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, bem como da construção de uma base técnica robusta, elaborada de forma coletiva pelo CONATRAP, para qualificar manifestações institucionais e permitir respostas mais proativas e estratégicas diante de iniciativas legislativas relacionadas à pauta.

SESSÃO 4 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO 3

Dando prosseguimento à reunião, a Sra. Marina Bernardes de Almeida apresentou a síntese dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho 3, coordenado pela Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, com foco no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Informou que o GT possui composição interinstitucional, reunindo representantes de órgãos do Executivo Federal e Estadual, do Sistema de Justiça, de organismos internacionais e da sociedade civil. Registrou, ainda, que o grupo contou com a participação de especialistas convidadas, cujas contribuições qualificaram os debates em andamento.

A Coordenadora-Geral explicou que o objetivo do GT é identificar lacunas e desafios na identificação, proteção, atendimento e encaminhamento de vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a partir de uma abordagem interinstitucional e multidimensional. Destacou que a complexidade do fenômeno exige a articulação de diferentes perspectivas de atuação, com vistas à elaboração de diretrizes e orientações operacionais para o trabalho da Rede. Nesse sentido, informou que os trabalhos foram organizados em torno de três perguntas norteadoras:

- 1) Quais são os principais desafios para identificar situações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual?

- 2) Quais são as principais lacunas no atendimento, na proteção e no encaminhamento das vítimas?
- 3) Que diretrizes e orientações práticas um protocolo nacional deve contemplar para apoiar a atuação das instituições?

As duas primeiras reuniões foram dedicadas ao debate dessas questões e ao levantamento das contribuições institucionais, enquanto a terceira reunião contou com a participação de duas especialistas externas, que contribuíram para o aprofundamento das discussões sobre as dinâmicas territoriais do tráfico de pessoas, sua interface com as questões de gênero, os impactos das tecnologias digitais e os desafios contemporâneos da proteção às vítimas.

A partir das discussões realizadas, foi elaborada uma primeira versão de diagnóstico preliminar, encaminhada aos membros do GT para análise, ajustes e complementações. Após essa etapa, o documento será compartilhado com os demais membros do CONATRAP. Segundo informado, o diagnóstico constitui o primeiro produto do Grupo e deverá subsidiar a elaboração de um instrumento orientador — ainda sem definição final quanto ao formato — destinado a reunir diretrizes e orientações operacionais para apoiar a atuação da Rede no enfrentamento ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. A apresentação também destacou que o diagnóstico preliminar foi estruturado a partir de quatro perspectivas complementares — justiça e segurança pública, proteção social, gênero e direitos humanos, e exploração econômica e relações de trabalho —, de modo que essa organização buscou permitir uma compreensão mais ampla do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Entre os principais achados, foram mencionados os desafios relacionados à identificação das vítimas, às lacunas conceituais e dificuldades de enquadramento do crime. Nesse ponto, destacou-se a importância de diferenciar o registro administrativo do autorreconhecimento da vítima, a partir de critérios objetivos e da centralidade da pessoa atendida, como forma de enfrentar a invisibilidade dos casos e a subnotificação.

No que se refere à rede de atendimento e proteção, foram apontadas fragilidades relacionadas à oferta desigual de serviços especializados, ao predomínio de respostas emergenciais e às dificuldades de assegurar proteção integral e continuidade do atendimento. Também foram destacados os impactos da fragmentação institucional e da ausência de fluxos integrados, que comprometem a coordenação da resposta estatal e o acompanhamento das vítimas.

A Coordenadora-Geral mencionou, ainda, a limitada disponibilidade de dados e a consequente invisibilidade estatística do fenômeno, bem como os desafios do sistema de justiça e da responsabilização, especialmente diante da dependência do relato das vítimas, das dificuldades de enquadramento jurídico e da persistência de estigmas e preconceitos. Também foram abordados os desafios decorrentes das novas dinâmicas de exploração associadas às transformações tecnológicas, a heterogeneidade territorial e os contextos de maior vulnerabilidade.

Por fim, ressaltou-se a importância da centralidade da vítima, da prevenção da revitimização e do investimento contínuo em formação e fortalecimento institucional da Rede. A Coordenadora-Geral informou que a previsão é concluir o diagnóstico, após análise e contribuições dos membros do GT, ao final do primeiro semestre e, no segundo semestre, avançar na elaboração do instrumento orientador, com diretrizes práticas para a atuação da Rede. Ressaltou que a finalidade do trabalho é produzir um documento útil para os profissionais e instituições envolvidos na identificação, no atendimento, na proteção e no encaminhamento das vítimas, contribuindo para o fortalecimento da política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

SESSÃO 5 - INFORMES GERAIS DOS MEMBROS E CONVIDADOS

Na etapa final da reunião, foram registrados informes gerais e contribuições de membros e convidados do CONATRAP, especialmente a partir de suas experiências recentes de atuação interinstitucional:

- **Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará:** compartilhou reflexões a partir de casos concretos acompanhados pelo Núcleo, ressaltando a importância de aproximar os debates metodológicos e normativos da realidade prática do atendimento às vítimas. Destacou a complexidade das situações que envolvem tráfico interestadual e internacional, bem como a necessidade de respostas articuladas entre poder público, sociedade civil e instituições parceiras. A partir de operação recente envolvendo jovens em situação de exploração sexual e outras violações, ressaltou a relevância do planejamento da assistência, do

acompanhamento pós-resgate e do monitoramento da situação das vítimas, com atenção às múltiplas vulnerabilidades que atravessam cada caso.

- **Ministério Público do Trabalho (MPT):** complementou a discussão relatando aspectos da operação mencionada, destacando a atuação integrada entre diferentes instituições, incluindo órgãos de segurança pública, sistema de justiça, fiscalização do trabalho, Defensoria Pública e rede de atendimento. Ressaltou que o caso evidenciou a importância da identificação qualificada de situações de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e trabalho análogo à escravidão, mesmo quando o caso se inicia em instâncias locais com outro enquadramento. Também destacou a realização de escuta interinstitucional gravada, com participação de representantes mulheres das instituições envolvidas e presença da assistência social, como experiência relevante para reduzir a revitimização, fortalecer a produção probatória e assegurar assistência imediata às vítimas.
- **Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Paraíba:** reforçou a importância da articulação interinstitucional no pós-resgate. Relatou a atuação conjunta para assegurar escuta, acolhimento institucional e deslocamento seguro de duas vítimas resgatadas, incluindo articulação entre Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Destacou que o acompanhamento posterior, a garantia de local seguro para acolhimento, o apoio no retorno ao território de origem e a interlocução com serviços locais foram fundamentais para evitar lacunas no atendimento e reduzir riscos de revitimização.
- **Ministério Público Federal (MPF):** informou que o órgão vem desenvolvendo ações relacionadas ao cumprimento do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, comprometendo-se a resgatar e sistematizar essas informações no âmbito do ciclo de monitoramento. Destacou, entre as iniciativas, a criação da Unidade Nacional de Tráfico de Pessoas do MPF, voltada ao enfrentamento do tráfico internacional de pessoas e do contrabando de migrantes, bem como a realização de cursos e ações de capacitação destinados a reduzir a invisibilidade do fenômeno, qualificar a produção de provas e fortalecer a responsabilização.
- **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):** informou sobre a publicação da Lei nº 15.455, de 1º de julho de 2026, que estabelece medidas de proteção e acolhimento a trabalhadores e trabalhadoras resgatados de condição análoga à escravidão. Destacou que a norma, embora voltada em grande medida ao trabalho doméstico, também traz instrumentos relevantes para o pós-resgate, incluindo ampliação do seguro-desemprego, prioridade de acesso ao Cadastro Único, ao Programa Bolsa Família e a benefícios socioassistenciais, além da possibilidade de articulação com instrumentos da Lei Maria da Penha em casos envolvendo violência doméstica. Ressaltou a importância de apropriação da norma pela Rede como instrumento de proteção e acolhimento.
- **Cáritas de Foz do Iguaçu:** convidou os membros e convidados para o 12º Seminário sobre Tráfico de Pessoas, a ser realizado em Foz do Iguaçu, informando que a programação seria compartilhada com o colegiado.
- **Projeto Resgate:** informou que a instituição completou vinte anos de atuação e que haveria homenagem na Câmara Municipal de Goiânia em reconhecimento ao trabalho desenvolvido e às parcerias construídas ao longo desse período. Em seguida, chamou atenção para os casos envolvendo brasileiros aliciados para países do Sudeste Asiático, especialmente Camboja, Laos, Myanmar e Tailândia, associados a falsas ofertas de trabalho e esquemas de golpes virtuais. Relatou a atuação do Projeto Resgate na repatriação de brasileiros nessa região e ressaltou a importância de ações preventivas e campanhas de alerta, especialmente no contexto da Campanha Coração Azul, diante da intensificação desse tipo de aliciamento por meio das redes sociais e da internet.
- **Polícia Federal:** complementou as informações sobre as dinâmicas de aliciamento para golpes virtuais no exterior. Relatou que organizações anteriormente instaladas em outras regiões, como Dubai e Emirados Árabes, migraram para países do Sudeste Asiático, mantendo padrão semelhante de recrutamento de jovens por falsas promessas de trabalho, boa remuneração e ausência de exigência de experiência ou domínio de idioma estrangeiro. Destacou a constante alteração do modus operandi, a dificuldade de atuação repressiva quando os perpetradores se encontram no exterior e a relevância das ações preventivas e de divulgação para reduzir o aliciamento, especialmente diante da utilização de golpes virtuais, jogos on-line, mensagens fraudulentas e links enviados por aplicativos de comunicação.

SESSÃO 6 - ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Ao término da reunião, ficaram registrados os seguintes encaminhamentos e deliberações:

Encaminhamentos	Responsável
Encaminhar a Ata da 17ª Reunião Ordinária do CONATRAP, acompanhada dos respectivos anexos	Secretaria-Executiva do Conatrap (CGETP)
Promover uma rodada de apresentação do SISETP para os membros interessados em conhecer o sistema	Secretaria-Executiva do Conatrap (CGETP)
GT 1 – Dar continuidade à escuta das experiências selecionadas (Projeto Resgate, PROVITA, benefícios eventuais) e consolidar recomendações para a política de proteção e assistência emergencial	GT 1 / CONATRAP (DPU)
GT 2 – Elaborar o segundo relatório parcial, com foco nas propostas legislativas, e preparar a apresentação do relatório final ao plenário	GT 2 / CONATRAP (MPF)
GT 3 – Concluir o diagnóstico preliminar após contribuições dos membros do GT (previsão: fim do 1º semestre) e iniciar a elaboração do instrumento orientador no 2º semestre	GT 3 / CONATRAP (CGETP)

Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião.

LISTA DE ANEXOS

- **Anexo 1** - Programação Final (36379375);
- **Anexo 2** - Lista de Presença (36379376);
- **Anexo 3** - Apresentação PPT da reunião (36379383).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio de Sousa, Usuário Externo**, em 05/08/2026, às 12:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Graziella do Ó Rocha, Usuário Externo**, em 05/08/2026, às 12:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JAMINA DA SILVA TELES, Usuário Externo**, em 05/08/2026, às 13:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA KADLETZ, Usuário Externo**, em 06/08/2026, às 10:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Frank Corso Semple, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 07/08/2026, às 16:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **36385618** e o código CRC **ACF50BE3**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08018.053098/2026-68

SEI nº 36385618